**4CEDPPX05-O**

**OFICINA PEDAGÓGICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

**Área temática: Educação**

Márcia Paiva de Oliveira (3); Tânia Lúcia Amorim Colella (4); Thaismá Nobrega Ferreira (1); Thaisa Domingos de Pontes (2); Rosilene Moreira Pantoja (2); Gian Márcio Paiva de Oliveira(5)

Centro de Educação/Departamento de Psicopedagogia/PROBEX

**RESUMO**

Este artigo analisa o trabalho desenvolvido em um grupo de extensão, que tem como foco de atuação a formação continuada de professores do Ensino Fundamental, no tocante ao processo inclusivo de indivíduos com deficiência, especialmente no que tange a ressignificação dos saberes e fazeres da escola inclusiva. Buscando consolidar bases para a construção e estruturação de uma escola acolhedora, almejando a proposta de educação como direitos de todos os cidadãos, esse grupo vem desenvolvendo estudos e vivências nessa área. Conscientes da importância do papel das Universidades no tocante ao fomento de ações que contribuam para o desenvolvimento de práticas sociais e institucionais inclusivas, o Departamento de Psicopedagogia UFPB – Campus I, se propõe em constituir-se em um espaço para produção da extensão, voltada para as problemáticas vivenciadas pelos professores que trabalham com pessoas com necessidades especiais, promovendo desta forma, a aproximação da comunidade local e da escola com a universidade. A metodologia usada no projeto é a realização de oficinas pedagógicas atreladas à concepção teórico-prática da educação inclusiva, buscando na Psicopedagogia, na Pedagogia, na Psicologia e na Arte elementos enriquecedores da prática enquanto grupo extensionista. Com o trabalho desenvolvido, espera-se trazer contribuições significativas para melhorar a dinâmica da educação inclusiva no âmbito das escolas públicas.

**Palavras-chave:** Oficinas Pedagógicas. Inclusão. Deficiência.

**INTRODUÇÃO**

Esse ensaio relata a experiência acadêmica de um grupo de extensão, que tem como foco de atuação a formação continuada de professores do Ensino Fundamental, no tocante ao processo inclusivo de alunos com deficiência. A atuação do grupo visa à ressignificação do currículo, no sentido da adaptação às especificidades de cada deficiência. Buscando consolidar bases para a construção e/ou estruturação de uma escola inclusiva, almejando a proposta de educação como direito de todos os cidadãos. Para isso, faz-se necessário promover oportunidades de reflexões e vivências aos professores da educação básica, mais precisamente do ensino fundamental, visando subsidiar esses docentes para melhorar as suas práticas pedagógicas no contexto da educação inclusiva.

Conscientes do papel das universidades no tocante ao fomento de ações que contribuam para o desenvolvimento de práticas sociais inclusivas, o Departamento de Psicopedagogia da UFPB no Campus I, se propõe em constituir-se em um espaço para produção da extensão, voltadas para a problemática vivenciada pelos educadores que trabalham com alunos com deficiência.

Nesse sentido, consideramos de fundamental importância a participação dos alunos de graduação em Psicopedagogia no desenvolvimento desse projeto, por ser a extensão universitária uma possibilidade de formação e auto formação dos discentes, que nesse caso específico trabalharão profissionalmente com a instituição escolar dentro de uma perspectiva inclusiva. Para o desenvolvimento das ações dessa extensão, contamos com a colaboração de 03 alunos do curso mencionado e um aluno sob a coordenação de duas professoras. Portanto, esse trabalho de extensão desenvolvido pelo grupo tem duplo objetivo de formação: a formação profissional dos alunos do curso de graduação em Psicopedagogia e a formação continuada de professores do ensino fundamental de escolas públicas.

Portanto, esse grupo trabalha no sentido de promover e estimular a aproximação da comunidade local e da escola de ensino fundamental com a universidade. Pois, essa troca é benéfica a todos os envolvidos: A escola que se apropria dos ambientes educacionais acadêmicos e consegue se fortalecer através da preparação dos seus docentes; a Universidade, quando não se fecha à sociedade a sua volta, mas, ao contrário, se integra a ela de forma mais atuante, nesse sentido, a Universidade tende a fortalecer a formação dos seus discentes, através de ações extensionistas, as quais favorecem a apropriação da prática profissional pelos alunos. Pois, a Universidade que não se faz sensível às demandas e às aspirações da sociedade na qual está inserida, terá que reformular as suas práticas e concepções, para responder a tais demandas, passando a formar cidadãos capazes de interferir na realidade posta, e não somente a formação profissional especialista.

Com esse trabalho, cumpre-se o preceito da ligação intrínseca entre a extensão, ensino e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, de modo a configurar a natureza extensionista da proposta, que nesse caso específico, busca-se a construção dos conhecimentos dentro das perspectivas da educação inclusiva, não só no sentido teórico, mas nos pressupostos práticos a eles atrelados.

**A INCLUSÃO NO CONTEXTO DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS**

A escolha de priorizar a temática inclusão e seus saberes e fazeres práticos se deu em virtude da problemática e das discussões geradas nos contextos escolares e acadêmicos acerca da falta de preparação de professores e educadores em geral para lidar com essa nova escola inclusiva. É consenso que este é um assunto que está gerando muitas discussões e opiniões divergentes. No embate das idéias entre pessoas interessadas, tais como, estudiosos, pais, professores, etc. Alguns afirmam que esse tipo de aluno “especial” tem que conviver em um ambiente escolar onde todos têm algum tipo de necessidades educacionais especiais, pois só neste tipo de ensino (educação especial) é que tem professores capacitados para trabalhar com esse tipo de aluno; por outro lado, estão aqueles que defendem a idéia de que esses alunos têm que ser inseridos no ensino regular, para poder interagir com os alunos ditos normais, e, nesse sentido, defendem que essa interação será de grande contribuição para o processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Como vemos a inclusão no contexto desse grupo de extensão? Encontramos uma definição adequada ao nosso pensamento nas palavras de Stainback e Stainback (1999, p.21 e 25),

[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. [...] O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educativas apropriadas, ferramentas e técnicas especializadas, das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços dos quais necessitam, mas em ambiente integrado, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades.

Embora a inclusão seja um tema muito discutido no momento histórico, há ainda muitas controvérsias sobre o assunto. Para alguns, é um processo inevitável que já vem se consolidando na esfera das instituições escolares brasileiras e de todo o mundo. Para outros, é um grande desafio, que no caso brasileiro está longe de se efetivar.

Apesar da Convenção da Guatemala alertar que:

[...] as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (CONVENÇÃO DA GUATEMALA, 1999).

Outras instâncias defensoras da educação como direito de todos tiveram lugar em âmbito internacional, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia; A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca na Espanha.

Muito se vem falando e discutindo a respeito dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência. Porém, percebe-se que esses cidadãos têm encontrado grandes obstáculos para a sua aceitação e participação na sociedade e não seria diferente com relação à escola. As barreiras intransponíveis das construções escolares, falta de formação e informação de professores e, acima de tudo, o preconceito, que ainda tem delegado a estes cidadãos papéis e posições muito aquém de suas potencialidades.

Um dos elementos decisivos na construção e efetivação de uma política de educação inclusiva é a participação dos grupos diretamente envolvidos neste processo; as próprias demandas. No caso específico das políticas para a inclusão de pessoas com deficiência, é decepcionante saber que pouco ou nada se ouve falar a respeito das reais necessidades educacionais desses grupos, a partir das especificidades e necessidades da cada grupo de deficiências. Infelizmente,  ainda há uma distância surpreendente entre os que "pensam" e os que "vivem" os efeitos das políticas públicas de educação inclusiva.

A inclusão dos alunos com deficiências requer novas posturas e aprendizagens, tanto por parte dos professores e educadores da escola, quanto do sistema educacional brasileiro. Outro fator importante é que este processo de aprendizagem requer a reciprocidade das experiências entre o aluno com deficiência, o professor e os demais alunos da sala de aula e/ou da escola. Pois, não é só na sala de aula, mas na escola como um todo, que se constroem as tocas que vão favorecer o desenvolvimento global dos aprendentes com deficiência e, portanto, com necessidades educativas especiais. Pois, no processo de aprendizagem onde todos participam, a aquisição do conhecimento ocorrerá com mais facilidade.

É fato que as políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão de crianças especiais no ensino regular da educação básica. Com a LBD, (lei e diretrizes de base da educação), isso ficou respaldado legalmente e posteriormente outras normatizações legais sugiram especificamente com esse fim.

Entretanto, o processo de inclusão escolar gera uma exigência da transformação da escola, pois acarreta na inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles, não só no tocante à acessibilidade, mas no seu currículo e na sua proposta pedagógica. Portanto, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino e de escola, necessitando de mudanças de posturas de conduta e pedagógica dos seus integrantes.

Alguns pensadores da área, a exemplo de Stambec e Stambec (1999), que advogam a inclusão, afirmando que através das relações entre os diferentes tipos de alunos e o aluno com deficiência, convivendo em um mesmo ambiente escolar, facilita as etapas de ampliação das aprendizagens, pois os alunos que possuem algum tipo de necessidade (auditiva, motora, visual, cerebral, etc.) tendem a imitar os demais alunos, ou seja, se uma criança que tem dificuldade de locomoção convive com outras crianças consideradas “normais” durante a realização de uma atividade recreativa, essa criança irá interagir e tentar se locomover com mais precisão (a criança só irá tentar se locomover porque houve uma necessidade, isso não seria possível, por exemplo, se ela estudasse numa escola só de crianças que também possuíssem esse tipo de necessidade), assim como as outras crianças durante a realização desta atividade.

Toda esta discussão teórica nos leva a algumas reflexões: estará o professor de ensino regular da rede pública de ensino preparado para trabalhar com essa nova realidade da educação inclusiva? Estará este ambiente escolar com condições para receber estes alunos que tem necessidades educacionais especiais? Estará o currículo das escolas aberto à ressignificações e adaptação em função dessa nova demanda? E como deverá ser a formação inicial e continuada dos professores para suprir as necessidades educacionais destes alunos com deficiência? Que apoio adicional, tanto humano como material, os professores necessitam para trabalhar bem em uma perspectiva inclusiva?

Foi por meio de questionamentos como este que surge o objetivo fundamental do nosso projeto de extensão, que é o de propiciar momentos de reflexão em oficinas pedagógicas no tocante à prática inclusiva, e como já foi dito anteriormente, levantar as principais dificuldades e facilidades do professor nesta nova concepção de educação, buscando ampliar as competências para a prática pedagógica inclusiva.

A nossa primeira oficina aconteceu no espaço físico da UFPB, no Centro de Educação, reunindo quarenta e três professores da rede pública de ensino, sendo a maioria da rede municipal de João Pessoa, embora tenhamos oferecido as vagas remanescentes a outros educadores da rede estadual e do município de Cabedelo. O tema central dessa oficina foi: A sensibilização da comunidade escolar para o acolhimento e convivência com o indivíduo com deficiência, tendo como facilitadoras as professoras Márcia Paiva de Oliveira e Tânia Lúcia Amorim Colella, ambas do departamento de Psicopedagogia. O Objetivo central da oficina foi o de discutir o papel do acolhimento como primeiro passo para o indivíduo com deficiência se sentir incluído; identificar e selecionar algumas questões causadoras de desconfortos nos contextos da escola e da família; analisar soluções viáveis para as problemáticas existentes e suscitadas pelo grupo; experimentar algumas dinâmicas úteis para construir processos mais afetivos e comprometidos na escola inclusiva, com fins a desencadear mudanças efetivas no cotidiano da escola inclusiva.

**ESCOLA INCLUSIVA: ACOLHIMENTO E CONVIVÊNCIA COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A prática científica da modernidade tornou-nos cegos às diferenças, à multiplicidade dentro e fora da escola. Os desequilíbrios produzidos pelas tensões geradas entre as diferenças nos convida a atuar, enquanto educa(dores), no sentido de construir novas identidades. Precisamos mediar a formação de identidades de pessoas capazes de avanços nas aprendizagens e interação social. A atuação docente com perspectiva de inclusão provoca crise de identidade institucional, que afeta a identidade do professor e que provoca resiginificação na identidade do aluno.

A busca da identidade supra referida passa pela busca efetiva do professor pela identidade dessa escola inclusiva. Muitos questionamentos têm sido levantados e algumas respostas têm incomodado a muitos educadores que já tinham a sua prática enraizada, com base no modelo que considera o aluno idealizado. Sabemos que não cabe mais ao professor ser um mero transmissor de informações; sua prática pedagógica deve considerar no aprendente a capacidade de resolver problemas e inventar produtos de estima social. A esse respeito, um novo perfil de professor é requerido, que no dizer de Costa (2009) pode assim ser definido:

A qualidade escolar tão evidenciada pode vir a ser oferecida através do perfil do professor resiliente, que estrutura a escola para vivenciar um sistema educacional que produza equidade. Acreditamos num perfil de professor que valorize a aprendizagem em rede, a troca de informações para construir conhecimentos. (p.35).

Urge reconhecermos as diferenças culturais, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas para que consigamos construir uma ética escolar comprometida com o direito de todos à educação. As escolas para todos se concretizam no fazer do educador capaz de conceber e ministrar uma educação plural, democrática e transgressora. Para tanto, uma instituição escolar precisa de professores que não sujeitem os aprendentes a saberes que os impedem de ser, de pensar e de decidir por si mesmos e que reconheçam a integridade e a plenitude do desenvolvimento desses seres com suas diferenças, incluindo-os em um mundo para todos.

Compreendemos que incluir todos depende não somente de reformas do pensamento educacional, como também de formação continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de oportunizar aos profissionais da educação fazerem da inclusão a sua bandeira, a romper as fronteiras que impedem pessoas de terem acesso a um ensino cada vez mais próximo dos anseios e das necessidades das novas gerações.

Para tanto, os professores e educadores em geral devem estar sempre na condição de aprendizado, pois como diz Costa (2009, p. 35-36), [...] a ação de aprender a aprender necessita ser permanente nessa nova postura de professor inclusivo. Esse perfil requer a introspecção do professor como sendo aquele que consegue transformar comportamentos, tendo seus saberes como prática eficiente da mediação da aprendizagem subjetiva e significativa.

A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas com o objetivo de oferecer acesso e participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola, no sentido de, impedir a segregação e isolamento dos tratados como menos capazes academicamente e que são, geralmente, pessoas que vivem em desvantagens social e econômica, portanto de alguma forma já excluídos. Tal constatação nos remete à responsabilidade social que deve ser assumida pela educação e pela escola como instituição, mas jamais pelo professor isoladamente. Estamos nos referindo à inclusão como o processo de pensar e realizar com a prática, em que não basta colocar as crianças nas escolas regulares, mas redimensionar as escolas para torna-las mais responsivas às necessidades de todos os aprendentes. Bem como, ajudar os educadores a aceitarem a co-responsabilidade pela aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e instrumentaliza-los para ensinarem aqueles aprendentes que estão correntemente excluídas das escolas por alguma razão.

A esse respeito, Santos e Paulino (2008) salientam que:

[...] Inclusão e exclusão são conceitos intrinsecamente ligados, e um não pode existir sem o outro porque inclusão é, em última instância, a luta contra exclusões. Analisando desta forma podemos então afirmar que sempre existirá a luta por uma educação inclusiva. Se exclusões sempre existirão, a inclusão nunca poderá ser encarada como um fim em si mesmo. Inclusão sempre é um processo. (p.12).

A inclusão busca fazer com que cada pessoa seja capaz de ter oportunidades de escolha e de auto determinação. Isso significa ouvir e valorizar o que o aprendente tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos.

A busca do estabelecimento de relações afetivas é indispensável para a formação do indivíduo, independente de suas condições. O afeto leva o indivíduo à condição de sensibilidade, tanto para educadores como para educandos e suas famílias. Os professores dentro de um processo inclusivo devem ser sensíveis às ações das pessoas com deficiências específicas. É através dela que se estabelecem vínculos e esse proporciona a vontade e o desejo de fazer, de realizar. É nessa vontade e desejo que os educadores devem se segurar para romper barreiras e lidar com as frustrações comuns em um processo de educação inclusiva. Ramos (2006) enfatiza a necessidade dos professores no processo inclusivo tomarem algumas medidas pedagógicas.

Fazer da observação atenta o seu mais importante instrumento de tomada de decisão. Essa observação deve igualmente alimentar o momento da reflexão pós-aula, no qual a aula será submetida à avaliação em todos os seus aspectos e se planejarão as ações futuras. (15).

Portanto, realizar a inclusão do indivíduo com deficiência significa uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência, não como uma impossibilidade, mas como uma dificuldade. Implica em quebrar paradigmas, reformulações das políticas públicas no sentido da busca da qualidade social da escola, na qual o acesso, o atendimento com adequação e permanência seja garantido a todos os alunos, independentes das suas impossibilidades oriundas das suas deficiências.

**CONCLUSÃO**

A extensão proposta, é via de interação entre universidade e sociedade, uma vez que beneficiará escola, professores e principalmente alunos com deficiência e portanto com necessidades educativas especiais. Bem como, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar as teorias das áreas já mencionadas e prática pedagógica dos professores.

Nas situações já vivenciadas nas oficinas pedagógicas realizadas pudemos sentir as problemáticas decorrentes do processo inclusivo existente, veiculados pelos educadores participantes do programa de formação continuada. Algumas alternativas foram analisadas à luz da teoria e pressupostos práticos sugeridos e vivenciados simuladamente.

Uma das dificuldades mais recorrentes colocadas pelos educadores foi a adaptação curricular para viabilizar o trabalho educativo com alunos deficientes, especialmente se considerado as múltiplas deficiências existentes na escola.

Foi consenso nas colocações dos educadores em processo de formação continuada que a escola inclusiva é atualmente o caminho mais viável para a construção da cidadania e participação social de todos os cidadãos de direitos. A escola inclusiva respeita a diversidade inerente à espécie humana. Outro fator também colocado pelos participes é a necessidade de se buscar perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos os alunos, independente de suas deficiências ou diferenças. Portanto, a ideia de inclusão ultrapassa a dimensão das pessoas com deficiência e inclui todos aqueles que sofrem processos de exclusão.

Fechamos esse ensaio enfatizando mais uma vez que para a promoção do processo de inclusão de alunos com deficiência e portanto, com necessidades educacionais especiais, em salas de aulas regulares, é de fundamental importância a mudança das posturas pedagógicas dos professores e demais educadores com relação ao olhar das diferenças. Urgem-se práticas de intervenção e melhoria nas ações educativas, na organização curricular e na escola enquanto palco aonde as ações inclusiva (ou excludentes e segregadoras) se dão.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Declaração de Jomtien. In: **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**, em Jomtien, Tailândia. Brasilia: MEC/SEESP, 1990.

BRASIL.Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. In: **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Convenção da Guatemala.** Brasília: MEC/SEESP, 1999.

COSTA, Verônica de Fátima. **Inclusão, sem risco de incluir**. Olinda, PE: Babecco, 2009.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão**: Algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação**: Culturas, políticas e práticas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.